

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Cemig Geração Sul S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	2
Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias	12
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	14
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	15
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	18
1. CONTEXTO OPERACIONAL	18
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	19
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	22
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	23
6. IMOBILIZADO	23
7. INTANGÍVEL	25
8. PROVISÕES.....	27
9. FORNECEDORES	27
10. ENCARGOS REGULATÓRIOS	27
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	28
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
13. RECEITA.....	31
14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	32
15. CUSTOS GERENCIÁVEIS.....	32
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	33
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	33
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	35
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	37
20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO.....	40
21. ALIENAÇÃO DE ATIVOS.....	46
TERMO DE RESPONSABILIDADE	48

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Sul S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Cemig Geração Sul S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. Suas atividades operacionais iniciaram em 08 de junho de 2016.

Capacidade instalada

Central Gerada	Capacidade instalada (MW)
PCH PIAU	18,01
PCH CORONEL DOMICIANO	5,04
PCH JOASAL	8,4
PCH PACIÊNCIA	4,08

A Cemig Geração Sul S.A. possui, em operação, 4 usinas hidrelétricas com capacidade instalada total de 35,532 MW.

Parque gerador - Características físicas:

Usina	Potência Total (MW)	Garantia Física Total	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
PCH PIAU	18,01	13,53	PCH	1955	06/01/2053
PCH CORONEL DOMICIANO	5,04	3,26	PCH	1994	15/04/2047
PCH JOASAL	8,4	5,2	PCH	1950	06/01/2053
PCH PACIÊNCIA	4,08	2,36	PCH	1930	06/01/2053

Garantia física realizada e esperada:

Usina	2023 Realizado	2024 Realizado	2025 Realizado	2026	2027	2028
PCH PIAU	13,53	13,53	13,53	13,53	13,53	13,53
PCH CORONEL DOMICIANO	3,59	3,59	3,59	3,59	3,59	3,59
PCH JOASAL	5,2	5,2	5,2	5,2	5,2	5,2
PCH PACIÊNCIA	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36

Modelo de Negócio e Condições no ACR:

Usina	Modelo de Negócio em 31/12/2025	Preço no ACR em 01/01/2025	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
PCH PIAU	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$23.980 mil	(1)
PCH CORONEL DOMICIANO	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$9.108 mil	(1)
PCH JOASAL	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$10.990 mil	(1)
PCH PACIÊNCIA	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$6.138 mil	(1)

(1) Reajuste pelo IPCA em 06/2025, atualização dos custos de transmissão em 06/2052, previsto no Edital do Leilão que determina que após primeiro ano, 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física, e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$148.147 mil, subscrito e integralizado, dividido em 148.146.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025).

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 01 de março de 2026, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2026 a fevereiro de 2027. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 8,00% (7,91% em 2025).

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Sul S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$ 2.314 mil, desse montante destacam-se os seguintes investimentos:

Usina	Investimentos
Paciência	Obras civis barragem, Vertedouro, Tomada d'água;
Marmelos	Reforma unidade 05; e
Joasal	Aquisição de Reles e Pannel.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$46.315 mil em 2025, em comparação ao resultado regulatório de R\$36.530 mil em 2024, um aumento de 26,79%.

Receita

A Cemig Geração Sul S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Coronel Domiciano, Joasal, Paciência e Piau, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 12/2016 - ME - PCHs Coronel Domiciano, Joasal, Paciência e Piau, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A Cemig Geração Sul S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração - RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada. A receita reconhecida em 2025 foi de R\$69.439 mil, em comparação a R\$65.304 mil em 2024.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$19.680 mil em 2025 (R\$ 22.880 mil em 2024), dos quais R\$6.922 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$5.910 mil em 2024) e R\$12.758 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$16.970 mil em 2024).

Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, a Companhia apurou despesas no montante de R\$4.781 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro antes dos impostos de R\$51.096 mil antes dos efeitos fiscais, representando 9,36% de alíquota efetiva. Comparativamente, no mesmo período de 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.237 mil, em relação ao lucro de R\$39.767 mil antes dos efeitos fiscais, representando 8,14% de alíquota efetiva.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Apresentamos, abaixo, o cálculo do LAJIDA referente aos exercícios de 2025 e 2024. Destacamos que a margem do LAJIDA foi de 79,02% em 2025 e 70,33% em 2024.

	2025	2024	Var. %
Resultado regulatório	46.315	36.530	26,79
Despesa com IR e CS	4.781	3.237	47,70
Resultado financeiro	(7.096)	(2.899)	144,77
Amortização e depreciação	6.318	5.153	22,61
LAJIDA	50.318	42.021	19,74

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado societário do exercício de 2025, no montante de R\$45.721 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.286 mil para constituição de reserva legal;
- R\$21.718 mil para pagamento de dividendos obrigatórios, sendo que o montante de 20.000 mil já foi pago como dividendo intercalar em 2025, e R\$1.718 mil deverá ser pago até 31 de dezembro; e
- 21.717 mil para pagamento de dividendos adicionais.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e

- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram Classificação: Público protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022 (Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos

Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de Classificação: Público água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Sul é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração Sul S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Sul S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Sul S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração Sul S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Cemig Geração Sul S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de junho de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.308	4.810
Investimentos temporários	4	848	11.507
Consumidores e revendedores	5	6.440	7.940
Serviços em curso		963	1
Tributos compensáveis		57	82
Outros ativos		16	33
		13.632	24.373
Bens destinados à alienação	21	-	17.407
TOTAL DO CIRCULANTE		13.632	41.780
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	-	4.011
Tributos compensáveis		741	601
Imobilizado	6	49.783	48.875
Intangível		89.948	94.401
Direito de uso		189	262
Outros ativos		159	115
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		140.820	148.265
ATIVO TOTAL		154.452	190.045

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	5.602	2.973
Encargos regulatórios	10	1.453	317
Impostos, Taxas e Contribuições	11	1.699	1.468
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	1.267	667
Dividendos a pagar	12	1.718	23.089
Convênio de compartilhamento	18	595	509
Passivo de arrendamento		100	94
Outras obrigações		15	2
TOTAL DO CIRCULANTE		12.449	29.119
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores		-	-
Encargos regulatórios	10	279	1.132
Impostos, taxas e contribuições	11	2.186	1.816
Imposto de renda e contribuição social	11	1.870	1.641
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	-
Outras obrigações		39	3
Passivo de arrendamento		115	193
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.489	4.785
TOTAL DO PASSIVO		16.938	33.904
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		148.147	148.147
Reservas de lucros		-	7.994
Prejuízos acumulados		(10.633)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		137.514	156.141
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		154.452	190.045

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA BRUTA	13a	69.439	65.304
Fornecimento industrial		7.977	7.349
Fornecimento não faturado - Industrial		666	385
Transações com energia na CCEE		4.763	3.616
Suprimento Cotas - Geração própria		56.703	53.265
Suprimento não faturado - Geração própria		(670)	(106)
Outras receitas		-	776
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	19
TRIBUTOS	13b	(4.287)	(4.052)
PIS/Pasep		(486)	(464)
Cofins		(2.244)	(2.142)
ICMS		(1.557)	(1.446)
ENCARGOS – PARCELA “A”	13B	(1.472)	(1.504)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(179)	(165)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		(255)	(236)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(128)	(118)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(220)	(202)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(614)	(712)
CDE sobre P&D		76	71
RECEITA LÍQUIDA	13	63.680	59.748
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A”	14	(6.922)	(5.910)
Encargos de uso da rede de distribuição		(581)	50
Energia elétrica comprada para revenda		(6.341)	(5.960)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		56.758	53.838
CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”		(12.758)	(16.970)
Pessoal e administradores	15a	(859)	(1.070)
Materiais		(535)	(650)
Serviços de terceiros	15b	(11.516)	(9.948)
Depreciação e amortização		(6.231)	(5.070)
Amortização do direito de uso		(87)	(83)
Resultado na alienação de bens		6.628	-
Outros custos operacionais		(158)	(149)
RESULTADO DA ATIVIDADE		44.000	36.868
Resultado financeiro	16	7.096	2.899
Receitas financeiras		7.267	3.036
Despesas financeiras		(171)	(137)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		51.096	39.767
Despesa com tributos sobre o lucro	17	(4.781)	(3.237)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		46.315	36.530

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	46.315	36.530
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	46.315	36.530

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	148.147	-	(5.447)	142.700
Resultado do exercício	-	-	36.530	36.530
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Dividendos obrigatórios	-	-	(23.089)	(23.089)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(5.447)	5.447	-
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	2.430	(2.430)	-
Reserva de retenção de lucros	-	11.011	(11.011)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	148.147	7.994	-	156.141
Resultado do exercício	-	-	46.315	46.315
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Pagamento de dividendos obrigatórios não distribuídos em exercícios anteriores	-	(43.224)	-	(43.224)
Dividendos obrigatórios	-	-	(1.718)	(1.718)
Dividendos intermediários	-	-	(20.000)	(20.000)
Dividendos adicionais propostos	-	21.717	(21.717)	-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	11.227	(11.227)	-
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	2.286	(2.286)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	148.147	-	(10.633)	137.514

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	46.315	36.530
Ajustes por:		
Depreciação (Nota 6)	6.231	5.070
Amortização do direito de uso	87	83
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 11)	4.781	3.237
Juros passivo de arrendamento	18	24
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 13)	(3)	(19)
Variações monetárias (Nota 16)	-	(23)
Perdas na alienação	5.643	-
Baixa intangível	(14.487)	-
Juros e variações monetárias	(6.205)	(2.408)
	42.380	42.494
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	1.500	(2.439)
Serviços em curso	962	(1)
Tributos compensáveis	(115)	(629)
Outros ativos	(33)	111
	2.314	(2.958)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	2.629	(4.651)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 11)	601	165
Encargos regulatórios (Nota 10)	(283)	393
Convênio de compartilhamento (Nota 18)	86	(69)
Outras obrigações	22	149
	3.055	(4.013)
Caixa gerado nas atividades operacionais	47.749	35.523
Juros recebidos (Nota 4)	6.202	2.070
Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 11)	(2.599)	(2.257)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	51.352	35.336
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em investimentos temporários (Nota 4)	(51.146)	(51.668)
Resgate de Investimentos temporários (Nota 4)	65.123	47.962
No imobilizado (Nota 6)	(2.314)	(3.293)
Alienação de ativos	23.899	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	35.562	(6.999)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 12)	(86.313)	(28.830)
Arrendamentos pagos	(103)	(77)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(86.416)	(28.907)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	498	(570)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.810	5.380
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	5.308	4.810

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Sul S.A (“Companhia”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190 - 131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.841/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau da Cemig GT para a Cemig Geração Sul S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 12/2016 – MME e Contrato de Concessão nº 13/2016 – MME, ocorrida em 08 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

Em 30 de setembro de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa Nº 16.490, transferindo a titularidade da concessão da UHE Marmelos para a Âmbar Energia. Mais detalhes na nota explicativa nº 21.

A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Joasal, Paciência e Piau) possui 35,28 MW de potência instalada e 24,68 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Coronel Domiciano, Joasal, Paciência e Piau, por meio da Receita Anual de Geração - RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.506, de 22/07/2024. Os 30% restantes da Garanti Física da Companhia são comercializados no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os novos prazos das concessões da Companhia.

Usina	Novo fim da concessão
Coronel Domiciano	04/2047
Joasal	01/2053
Paciência	01/2053
Piau	01/2053

Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, incluindo as alterações trazidas pelas Resoluções Normativas nºs 814/2018 e 933/2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 11 de junho de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 e 13 – Consumidores e revendedores e Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 7 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 8 – Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos);
- Nota 19 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração do valor justo);
- Nota 21 – Bens destinados à alienação (mensuração do valor justo).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Políticas contábeis regulatórias materiais

As políticas contábeis regulatórias materiais utilizados são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

A principal taxa está demonstrada na nota explicativa nº 6 das demonstrações contábeis regulatórias. Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

		Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
			2025	2024		
Contas Bancárias					377	66
Aplicações financeiras						
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	95% a 100%	-	-	4.868	-
Overnight	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91 a 12,15		63	4.744
TOTAL					5.308	4.810

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

		Indexado	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		r	2025	2024		
Aplicações Financeiras						
Circulante						
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5 a 110	104,2 a 112,0		586	8.327
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Selic	15,11 a 15,12%	12,41 a 12,45		77	2.158
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 109,88% CDI	TR + 1 a 122,90 CDI		8	149
Fundos Vinculados					177	873
					848	11.507
Não Circulante						
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5 a 110	104,2 a 112,0		-	4.011
					-	4.011
TOTAL					848	14.645

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Descrição	Valores correntes	Valores renegociados	Total 2025	Total 2024
	Corrente a vencer	Renegociada vencido		
	Até 60 dias	Até 60 dias		
Fornecimento de energia	590	1.463	2.053	2.218
Industrial	-	1.463	1.463	1.861
Fornecimento não faturado	606	-	606	385
(-) Arrecad. Processo Classif.	(16)	-	(16)	(28)
Suprimento energia – Moeda nacional	-	-	-	338
Suprimento/ Encargo rede não faturado	4.387	-	4.387	5.384
TOTAL	4.977	1.463	6.440	7.940

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perdas.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

6. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		46.659	(2.631)	44.028	19.349	(1.225)	18.124
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,68	481	(48)	433	322	(28)	294
Reservatórios, barragens e adutoras	3,91	34.449	(1.027)	33.422	10.082	(143)	9.939
Máquinas e equipamentos	4,09	11.729	(1.556)	10.173	8.945	(1.054)	7.891
Em curso		5.755	-	5.755	30.751	-	30.751
Total	3,96	52.414	(2.631)	49.783	50.100	(1.225)	48.875

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2024	Adição (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) + (B)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Geração								
Reservatórios, barragens e adutoras	10.082	-	24.367	34.449	24.367	(1.027)	33.422	9.939
Máquinas e equipamentos	8.945	-	2.784	11.729	2.784	(1.556)	10.173	2.506
Edificações, obras civis e benfeitorias	322	-	159	481	159	(48)	433	5.678
Subtotal	19.349	-	27.310	46.659	27.310	(2.631)	44.028	18.123

Ativo Imobilizado em curso – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2024	Adição (A)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Geração								
Máquinas e equipamentos	3.984	1.122	(3.348)	1.758	(2.226)	-	1.758	3.985
Outros	26.767	1.192	(23.962)	3.997	(22.770)	-	3.997	26.767
Subtotal ⁽¹⁾	30.751	2.314	(27.310)	5.755	(24.996)	-	5.755	30.752
Total do ativo Imobilizado	50.100	2.314	-	52.414	2.314	(2.631)	49.783	48.875

(1) Incluem-se neste escopo Reservatórios, barragens e Adutoras e Obras Civis e Reformas.

Ativo Imobilizado em serviço – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adição (A)	Transferências/ Capitalizações (B)	Classificado como mantido p/ venda (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) + (B)+(C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Geração									
Reservatórios, barragens e adutoras	3.336	-	9.593	(2.847)	10.082	6.746	(143)	9.939	2.987
Máquinas e equipamentos	4.039	-	430	(909)	3.560	(479)	(1.054)	2.506	3.231
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.823	-	38	(154)	5.707	(116)	(29)	5.678	5.778
Subtotal	13.198	-	10.061	(3.910)	19.349	6.151	(1.226)	18.123	11.996

Ativo Imobilizado em curso – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adição (A)	Transferências/ Capitalizações (C)	Classificado como mantido p/ venda (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
--------------------------------------	---------------------------	------------	------------------------------------	--	---------------------------	------------------------------	---------------	-----------------------------	-----------------------------

Máquinas e equipamentos	3.706	2.462	(430)	(1.753)	3.985	279	-	3.985	3.706
Outros (1)	36.889	831	(9.631)	(1.322)	26.767	(10.122)	-	26.767	36.889
Subtotal	40.595	3.293	(10.061)	(3.075)	30.752	(9.843)	-	30.752	40.595
Total do ativo Imobilizado	53.793	3.293	-	(6.985)	50.101	(3.692)	(1.226)	48.875	52.591

(1) Incluem-se neste escopo Reservatórios, barragens e Adutoras e Obras Cíveis e Reformas.

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso – R\$ Mil	Materiais/ equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	392	392
Edificações, obras cíveis e benfeitorias	-	160	160
Máquinas e equipamentos	713	409	1.122
Outros	640	-	640
Total das adições	1.353	961	2.314

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel por meio da Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação anual em 2025 foi de 3,96% (3,28% em 2024).

7. INTANGÍVEL

Ativo Intangível - R\$ Mil	2025			2024		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Geração	130.225	(40.397)	89.828	134.173	(39.892)	94.281
Bonificação pela outorga	128.346	(40.123)	88.223	132.294	(39.675)	92.619
Extensão da concessão	1.869	(264)	1.605	1.869	(207)	1.662
Outros	10	(10)	-	10	(10)	-
Em curso	120	-	120	120	-	120
Total do Ativo Intangível	130.345	(40.397)	89.948	134.293	(39.892)	94.401

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2024	Adição (A)	Baixas (B)	Classificação como mantido p/ venda (B)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço									
Geração	144.712	-	(14.487)	-	130.225	(14.487)	(40.397)	89.828	94.281
Bonificação pela outorga	142.595	-	(14.249)	-	128.346	(14.249)	(40.123)	88.223	92.619
Extensão da concessão	2.107	-	(238)	-	1.869	(238)	(264)	1.605	1.662
Outros	10	-	-	-	10	-	(10)	-	-
Em curso	120	-	-	-	120	-	-	120	120
Total do Ativo Intangível	144.832	-	(14.487)	-	130.345	(14.487)	(40.397)	89.948	94.401

Intangível – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Classificação como	Valor bruto em 31/12/2024	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço						
Geração	144.712	(10.539)	134.173	(39.892)	94.281	109.749
Bonificação pela outorga	142.595	(10.301)	132.294	(39.675)	92.619	107.806
Extensão da concessão	2.107	(238)	1.869	(207)	1.662	1.941
Outros	10	-	10	(10)	-	2
Em curso	120	-	120	-	120	120
Total do Ativo Intangível	144.832	(10.539)	134.293	(39.892)	94.401	109.869

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível - Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig Geração Sul	2.107			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	282	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	2555	03/01/2053
Paciência	205	05/01/2046	2555	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	2555	03/01/2053

8. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ações de natureza ambiental, no montante de R\$20 (R\$18 em 31 de dezembro de 2024) e de natureza tributária, no montante de R\$19 (R\$19 em 31 de dezembro de 2024), ambas com expectativa de perda considerada possível. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

9. FORNECEDORES

	2025	2024
Suprimento de energia	280	-
Encargos de uso da rede	-	535
Materiais e serviços ⁽¹⁾	5.322	2.438
TOTAL	5.602	2.973
Circulante	5.602	2.973

⁽¹⁾Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs. O aumento decorre, principalmente, de atividades de manutenção da PCH Joasal, de atividades de segurança de barragem da PCH Piau e manutenção na PCH Coronel Domiciano.

10. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2025	2024
Passivo		
Taxa de Fiscalização da ANEEL	17	17
Pesquisa Expansão Sistema Energético	20	20
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos	182	216
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	40	41
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.461	1.143
CDE sobre P&D	12	12
	1.732	1.449
Circulante	1.453	317
Não Circulante	279	1.132

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, taxas e contribuições sociais

	2025	2024
Circulante		
ICMS	159	133
COFINS	160	157
PASEP	35	34
INSS	676	559
ISSQN	640	565
Outros	29	20
	1.699	1.468
Não circulante		
COFINS	1.797	1.492
PASEP	389	324
	2.186	1.816
TOTAL	3.885	3.284

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Circulante		
Imposto de renda	570	408
Contribuição social	697	259
TOTAL	1.267	667

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Não circulante		
Imposto de renda	1.237	1.079
Contribuição social	633	562
TOTAL	1.870	1.641

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$148.147, subscrito e integralizado, dividido em 148.146.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

a) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2025	2024
Reserva legal	2.286	2.430
Pagamento de dividendos obrigatórios não distribuídos em exercícios anteriores	(43.224)	-
Dividendos Adicionais	21.717	-
Reserva de retenção de lucros	-	11.011
Absorção de prejuízos regulatórios	11.227	(5.447)
	-	7.994

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.286 de reserva legal em 2026, correspondendo a 5,00% do lucro líquido societário do exercício ajustado conforme previsto na legislação (R\$2.430 em 2024).

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido societário do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Dividendos Obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	45.721	48.609
Reserva Legal (5%)	(2.286)	(2.430)
	43.435	46.179
Dividendos obrigatórios (50%)	21.718	23.089
Retenção de lucros	-	23.090
Dividendos Propostos		
Dividendos obrigatórios	1.718	23.089
Dividendos intermediários	20.000	-
Dividendos adicionais	21.717	-
Total dos Dividendos	43.435	23.089

Destinação do resultado societário de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado societário do exercício de 2025, no montante de R\$45.721, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.286 para constituição de reserva legal;
- R\$21.718 mil para pagamento de dividendos obrigatórios, sendo que o montante de 20.000 mil já foi pago como dividendo intercalar em 2025, e R\$1.718 mil deverá ser pago até 31 de dezembro; e
- 21.717 para pagamento de dividendos adicionais.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

c) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.089
Proposta de dividendos obrigatórios	1.718
Constituição de Dividendos intermediários	20.000
Constituição de Reserva especial	43.224
Pagamentos de dividendos	(86.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.718

13. RECEITA

	2025	2024
Fornecimento Industrial	7.977	7.349
Fornecimento não faturado - Industrial	666	385
Transações com energia na CCEE	4.763	3.616
Suprimento cotas - Geração própria	56.703	53.265
Suprimento não faturado cotas - Geração própria	(670)	(106)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	19
Outras receitas	-	776
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	69.439	65.304
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(5.759)	(5.556)
Receita líquida	63.680	59.748

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento industrial	1	1	34.970	29.133	7.977	7.349
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	666	385
Suprimento faturado ⁽¹⁾	87	83	162.041	150.041	56.703	53.265
Suprimento não faturado	-	-	-	-	-	-
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	4.763	3.616
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	-	-	-	-	19
Outras receitas	-	-	-	-	-	776
Total	88	84	197.011	179.174	69.439	65.304

⁽¹⁾ Inclui contratos de vendas no ACR às distribuidoras e vendas no ACL às comercializadoras.

(b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.557	1.446
COFINS	2.244	2.142
PIS-PASEP	486	464
	4.287	4.052
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	179	165
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	255	236
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	128	118
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	220	202
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	614	712
CDE sobre P&D	76	71
	1.472	1.504
Total	5.759	5.556

14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Energia de curto prazo	581	(50)
Encargos de distribuição ⁽¹⁾	6.341	5.960
Total	6.922	5.910

⁽¹⁾ Encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel

15. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Pessoal e administradores (a)	859	1.070
Materiais	535	650
Serviços de terceiros (b)	11.516	9.948
Depreciação e amortização	6.231	5.070
Amortização do direito de uso	87	83
Resultado na alienação de bens	(6.628)	-
Outros custos e despesas operacionais líquidos	158	149
Total	12.758	16.970

a) Pessoal e administradores

	2025	2024
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	732	976
	732	976
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	89	75
Participação nos resultados	16	13
Benefícios dos administradores	22	6
	127	94
TOTAL	859	1.070

b) Serviços de terceiros

	2025	2024
Manutenção, conservação e instalação	8.696	7.552
Conservação e limpeza de prédios	639	560
Meio ambiente	1.321	1.237
Tecnologia da informação	280	237
Auditoria externa	38	36
Vigilância	92	100
Energia elétrica	231	150
Outros	219	76
TOTAL	11.516	9.948

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	6.227	2.517
Acréscimos moratórios de contas de energia	356	57
Variações monetárias	616	23
Outras	68	439
	7.267	3.036
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(18)	(24)
Outras Variações monetárias	(138)	(102)
Outras	(15)	(11)
	(171)	(137)
RESULTADO FINANCEIRO	7.096	2.899

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	69.684	69.684
ICMS ST	(119)	(119)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	5.565	8.348
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	6.649	6.649
Outras Receitas Financeiras	1.005	1.005
Base de Cálculo Lucro Presumido	13.219	16.002
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	1.983	1.440
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	1.298	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	3.281	1.440
Rendas de aplicações	(6.227)	(6.227)
Rendas de aplicações resgatadas	6.649	6.649
Rendas de aplicações não resgatadas	(422)	(422)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(106)	(38)
Receita por competência diferida	6.668	6.668

Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	533	800
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	133	72

Amortização Custo GSF Diferido	(65)	(65)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(5)	(8)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	(1)

Corrente	3.281	1.440
Diferido	27	33

2024

	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	64.766	64.766
ICMS ST	(123)	(123)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	5.171	7.757
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	2.559	2.559
Outras Receitas Financeiras	491	491
Base de Cálculo Lucro Presumido	8.221	10.807
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	1.233	973
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	798	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	2.031	973
Rendas de aplicações	(2.517)	(2.517)
Rendas de aplicações resgatadas	2.559	2.559
Rendas de aplicações não resgatadas	(42)	(42)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(10)	(4)
Receita por competência diferida	8.101	8.101
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	648	972

Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento		
Receita por Competência	162	87
Amortização Custo GSF Diferido	(66)	(66)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(5)	(8)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento		
Amortização Custo GSF	(1)	(1)
Corrente	2.031	973
Diferido	150	83

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	2	366	-	-	4.642	4.317	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	-	445	-	-	(5.716)	(5.162)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	429	343	-	-	(1.056)	(1.136)

Companhia Energética de Minas Gerais	1	-	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição	-	-	165	-	-	-	-	-
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.525	431	-	-	(1.475)	(2.908)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.718	23.089	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$1.718. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 12.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	63	4.744	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	671	10.634	-	-	8	447	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	4.011	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	107	75
Participação nos resultados	39	12
Previdência privada	3	5
Total	149	66

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e Revendedores		6.440	6.440	7.940	7.940
Investimentos temporários		-	-	4.011	4.011
		6.440	6.440	11.951	11.951
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	4.931	4.931	4.744	4.744
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	586	586	8.327	8.327
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	77	77	2.158	2.158
Debêntures	2	8	8	149	149
		5.602	5.602	15.378	15.378
		12.042	12.042	27.329	27.329
Passivos					
Custo amortizado ⁽¹⁾					
Fornecedores	2	(5.602)	(5.602)	(2.973)	(2.973)
Passivo de Arrendamento	2	(215)	(215)	(287)	(287)
		(5.817)	(5.817)	(3.260)	(3.260)

(1) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	5.565	37	-	-	-	5.602
Passivo de Arrendamento ⁽¹⁾	9	9	95	83	98	294
TOTAL	5.574	46	95	83	98	5.896

(1) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um

acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas Usinas de Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		5.308	-	5.308	4.810	-	4.810
Investimentos temporários	20.2	848	(177)	671	11.507	(873)	10.634
Consumidores e revendedores		6.440	-	6.440	7.940	-	7.940
Serviços em curso	20.3	963	(963)	-	1	(1)	-
Ativo financeiro da concessão	20.1	-	23.882	23.882	-	22.417	22.417
Tributos compensáveis		57	-	57	82	-	82
Fundos vinculados	20.2	-	177	177	-	873	873
Outros ativos	20.2	16	-	16	33	-	33
		13.632	22.919	36.551	24.373	22.416	46.789
Bens destinados à alienação	20.4	-	-	-	10.669	(10.669)	-
Ativo não circulante mantido para venda	20.4	-	-	-	6.738	21.820	28.558
TOTAL DO CIRCULANTE		13.632	22.919	36.551	41.780	33.567	75.347
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		-	-	-	4.011	-	4.011
Tributos compensáveis		741	-	741	601	-	601
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-
Depósitos vinculados a litígios		-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	20.1	-	168.665	168.665	-	163.967	163.967
Imobilizado		49.783	-	49.783	48.875	-	48.875
Intangível	20.1	89.948	(88.224)	1.724	94.401	(92.617)	1.784
Direito de uso		189	-	189	262	-	262
Outros ativos		159	-	159	115	-	115
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		140.820	80.441	221.261	148.265	71.350	219.615
ATIVO TOTAL		154.452	103.360	257.812	190.045	104.917	294.962

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		5.602	-	5.602	2.973	-	2.973
Encargos setoriais	20.3	1.453	(963)	490	317	(1)	316
Impostos, taxas e contribuições		1.699	-	1.699	1.468	-	1.468
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.267	-	1.267	667	-	667
Dividendos		1.718	-	1.718	23.089	-	23.089
Convênio de compartilhamento		595	-	595	509	-	509
Passivo de arrendamentos		100	-	100	94	-	94
Outras obrigações		15	-	15	2	-	2
TOTAL DO CIRCULANTE		12.449	(963)	11.486	29.119	(1)	29.118
NÃO CIRCULANTE							
Encargos setoriais		279	-	279	1.132	-	1.132
Impostos, taxas e contribuições		2.186	-	2.186	1.816	-	1.816
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.870	-	1.870	1.641	-	1.641
Passivo de arrendamentos		115	-	115	193	-	193
Outras obrigações		39	-	39	-	-	-
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	-	-	3	-	3
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.489	-	4.489	4.785	-	4.785
TOTAL DO PASSIVO		16.938	(963)	15.975	33.904	(1)	33.903
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		148.147	-	148.147	148.147	-	148.147
Reservas de lucros	20.1	-	93.690	93.690	7.994	104.918	112.912
Prejuízos acumulados	20.1	(10.633)	10.633	-	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		137.514	104.323	241.837	156.141	104.918	261.059
PASSIVO TOTAL		154.452	103.360	257.812	190.045	104.917	294.962

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		69.439	6.913	76.352	65.304	7.562	72.866
Fornecimento industrial		7.977	-	7.977	7.349	-	7.349
Fornecimento não faturado - Industrial		666	-	666	385	-	385
Transações com energia na CCEE		4.763	-	4.763	3.616	-	3.616
Suprimento Cotas - Geração própria		56.703	-	56.703	53.265	-	53.265
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria		(670)	-	(670)	(106)	-	(106)
Amortização do ativo financeiro	20.1	-	(26.910)	(26.910)	-	(25.910)	(25.910)
Atualização do ativo financeiro	20.1	-	33.823	33.823	-	33.472	33.472
Outras receitas		-	-	-	776	-	776
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	-	-	19	-	19
TRIBUTOS		(4.287)	-	(4.287)	(4.052)	-	(4.052)
PIS/Pasep		(486)	-	(486)	(464)	-	(464)
Cofins		(2.244)	-	(2.244)	(2.142)	-	(2.142)
ICMS		(1.557)	-	(1.557)	(1.446)	-	(1.446)
ENCARGOS		(1.472)	-	(1.472)	(1.504)	-	(1.504)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(179)	-	(179)	(165)	-	(165)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		(255)	-	(255)	(236)	-	(236)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(128)	-	(128)	(118)	-	(118)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(220)	-	(220)	(202)	-	(202)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(614)	-	(614)	(712)	-	(712)
CDE sobre P&D		(76)	-	(76)	(71)	-	(71)
RECEITA LÍQUIDA		63.680	6.913	70.593	59.748	7.562	67.310
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS		(6.922)	-	(6.922)	(5.910)	-	(5.910)
Encargos de uso da rede de distribuição		(581)	-	(581)	50	-	50
Energia elétrica comprada para revenda		(6.341)	-	(6.341)	(5.960)	-	(5.960)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		56.758	6.913	63.671	53.838	7.562	61.400
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(12.758)	(7.507)	(20.265)	(16.970)	4.517	(12.453)
Pessoal e administradores		(859)	-	(859)	(1.070)	-	(1.070)
Materiais		(535)	-	(535)	(650)	-	(650)
Serviços de terceiros		(11.516)	-	(11.516)	(9.948)	-	(9.948)
Depreciação e amortização	20.1	(6.231)	4.764	(1.467)	(5.070)	4.517	(553)
Amortização direito de uso	20.4	(87)	-	(87)	(83)	-	(83)
Resultado na alienação de bens	20.4	6.628	(12.271)	(5.643)	-	-	-
Outros custos operacionais	20.4	(158)	-	(158)	(149)	-	(149)
RESULTADO DA ATIVIDADE		44.000	(594)	43.406	36.868	12.079	48.947
Resultado financeiro		7.096	-	7.096	2.899	-	2.899
Receitas financeiras		7.267	-	7.267	3.036	-	3.036
Despesas financeiras		(171)	-	(171)	(137)	-	(137)

Resultado antes dos tributos sobre o lucro	51.096	(594)	50.502	39.767	12.079	51.846
Despesa com tributos sobre o lucro	(4.781)	-	(4.781)	(3.237)	-	(3.237)
Resultado líquido	46.315	(594)	45.721	36.530	12.079	48.609

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido societário	241.837	261.059
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas	(4.885)	(4.885)
Bonificação pela outorga – Ajuste resultado	(99.438)	(100.032)
Patrimônio líquido regulatório	137.514	156.142

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro líquido societário	45.721	48.609
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga	(6.913)	(7.562)
Amortização - Ativo intangível	(4.764)	(4.517)
Resultado na alienação de ativo financeiro - RBO ⁽¹⁾	12.271	-
Total dos ajustes de práticas contábeis	594	(12.079)
Lucro líquido regulatório	46.315	36.530

(1) O ajuste realizado em 2025 é derivado da alienação de ativo financeiro, referente à UHE Marmelos, conforme item 7.2.29 do MCSE.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

20.1. *Bonificação pela Outorga*

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como Atualização do Ativo Financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como Amortização do Ativo Financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

20.2. Investimentos Temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em outros ativos.

20.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.86 e 7.2.87 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

20.4 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.29 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em outros ativos circulantes.

21. ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Transferência onerosa de PCH

Em 1º de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, a ser conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 1 PCHs/UHEs da Companhia, conforme segue:

Empresa/Usina	Tipo	Início da operação	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MWm) ¹	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig Geração Sul							
UHE Marmelos	Concessão	1915	4	2,7	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais

Foi realizada por meio do método do fluxo de caixa descontado, considerando as usinas de forma individualizada, e pela avaliação patrimonial dos terrenos.

Em 27 de junho de 2024, a CEMIG GT suspendeu o leilão. A suspensão ocorreu pela ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado. Em 23 de setembro de 2024 a controladora reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital e republicou, o leilão na B3 com previsão para realização do leilão em 05 de dezembro de 2024, conforme cronograma do Edital.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbor Hidroenergia LTDA, sendo o valor de R\$23 milhões.

Por fim, em 16 de outubro de 2025, foi concluída a transferência onerosa da usina Marmelos, pertencente à Cemig Geração Sul, para a empresa vencedora Âmbor Hidroenergia Ltda., após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Transferência Onerosa.

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconhecer os seguintes efeitos contábeis, em outubro de 2025:

Preço de transferência	23.899
(-) Saldo do ativo mantido para venda	(17.271)
Perda de capital	(6.628)

A alienação teve o objetivo de atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a alocação de capital.

* * * * *

Marco da Comina Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC – MG -121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 11 de junho 2026.

Outorgada: Cemig Geração Sul S.A.

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo
Diretor- Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com
investidores

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Phillipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador- CRC-MG-121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.